

Reabilitação Habitacional





Apresentação

Em resposta ao profundo agravamento da dificuldade de acesso à habitação, nos últimos anos foi criado um novo quadro legal e regulamentar com vista a garantir o acesso à habitação, destacando-se a aprovação da 1.ª Lei de bases da habitação e da **“Nova Geração de Políticas de Habitação”**, e a criação de um conjunto alargado de novos programas de política pública.

Paralelamente, com vista a responder aos objetivos de que a reabilitação do edificado e urbana passasse de exceção a regra, e a promover um desenvolvimento urbano sustentável, coeso e inclusivo, foi criado o projeto **“Reabilitar como regra”** que culminou com a revisão de todo o enquadramento legal e regulamentar aplicável à reabilitação habitacional, adequando-o às especificidades inerentes à reabilitação.

À criação deste novo enquadramento legal no âmbito da habitação e da reabilitação, veio recentemente acrescer um instrumento muito poderoso de operacionalização: o **Plano de Reestruturação e Resiliência (PRR)**.

Juntamente com estas dinâmicas, verificam-se atualmente novas tendências ao nível da promoção habitacional, pública e privada, que embora sejam de cariz internacional, têm uma incidência particular em Portugal e para as quais o **PRR** irá dar claros contributos. Com efeito, é emergente uma forte aposta em regimes alternativos à compra de casa, nomeadamente, no arrendamento e em regimes de ocupação temporária, bem como em promoção para públicos específicos (e.g., sénior, estudantil, “city users”), com o desenvolvimento de projetos concebidos para estes regimes de ocupação em particular, o que tem implicações específicas ao nível da tipologia arquitetónica, dos usos do solo, da mobilidade e de planeamento, gestão, financiamento e sustentabilidade das operações.

Vive-se assim um momento singular em matéria de habitação, que terá um impacto muito significativo tanto no meio técnico e profissional ligado ao setor e à administração pública, como na sociedade como um todo e nas condições de vida das gerações futuras. Subjacente ao mesmo, existem fortes dinâmicas que exigem inovação e nas quais a comunidade académica e científica, em particular na área da arquitetura, tem um claro contributo a dar, e cujo apoio é também essencial no sentido de preparar e capacitar o meio técnico e profissional para dar uma resposta qualificada e atempada aos desafios que enfrentam neste domínio.

Foi neste contexto e em resposta a estes desafios, que surgiu a parceria **Aliança “Nova Geração de Habitação”**, que reúne um conjunto de entidades de referência no setor, e que está na base do desenvolvimento de um projeto formativo inovador e de grande atualidade em matéria de habitação.



Parceiros Aliança



a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa





Reabilitação Habitacional

Objetivos

Atualizar o estado da arte e contactar com novo conhecimento disponível e as novas circunstâncias que regulam e conduzem o exercício do projeto e da praxis neste domínio, procurando incentivar a capacitação teórica e crítica para dirigir processos de **Conservação de Património e de Reabilitação Arquitetónica contemporâneos**, sublinhando os novos imperativos deste milénio.

Enquadramento

Curso com uma abordagem ampla à **reabilitação, da escala do edifício à escala urbana**, e que alia uma importante componente teórica e concetual de base com uma forte vertente prática e operacional.

Serão revistas as temáticas das **teorias e filosofias** de base e a **evolução das práticas**. Contacta-se com o estado da arte, com o novo conhecimento e as teorias contemporâneas aplicáveis, discutindo a teoria de valores, os seus significados e implicações em projeto (ou na gestão de projetos), procurando incentivar a capacitação teórica e crítica no domínio. Procurar-se-á também aumentar o conhecimento sobre os processos e metodologias de projeto e de investigação contemporânea, sublinhando os novos imperativos.

Será ainda revisto o enquadramento legal e regulamentar aplicável, em particular, o Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, que veio estabelecer o Regime aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas (RAREFA), com vista a adequar o quadro legal da construção às exigências e especificidades da reabilitação de edifícios. Adicionalmente, será ainda abordada a metodologia de avaliação do estado de conservação, dotando os participantes de conhecimentos técnicos que permitam uma determinação mais precisa do nível de conservação de edifícios.

Por fim, será feita a revisão das **políticas, instrumentos e incentivos disponíveis de promoção de operações de reabilitação, tanto do edificado como urbana**.



Públicos-alvo

Técnicos da Administração Pública

Corpo técnico dos municípios, áreas metropolitanas e administração central e regional que desenvolvam atividade nas áreas da habitação, urbanismo e apoio social, incluindo empresas municipais de gestão habitacional e Sociedades de Reabilitação Urbana.

Projetistas, urbanistas e planeadores

Profissionais de projeto com atividade ou interesse no domínio da habitação, urbanistas e profissionais de planeamento regional e urbano.

Promotores e gestores imobiliários

Profissionais ligados à promoção imobiliária, gestores de fundos de investimento imobiliário e setores da avaliação e mediação imobiliária, tanto do setor público como privado.

Jovens e adultos graduados

Jovens e adultos graduados, nacionais e estrangeiros, que pretendam aumentar a sua graduação superior, converter ou atualizar as suas competências nas temáticas ligadas à reabilitação.

Objetivos

Temas a tratar

Entidade formadora

Módulo I - Teoria e projeto de conservação, restauro e reabilitação

- Imperativos contemporâneos e questões de método
- Breve História das Ideias em Conservação e Reabilitação
- Reabilitação e questões ecológicas
- Teorias de valor e projeto
- História da construção
- Questões de cor e luz
- Levantamento e documentação e o desafio do BIM
- Exemplos de boas práticas



Módulo II - Novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas

- O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas (RAREFA) e o seu enquadramento nas políticas públicas de habitação e reabilitação
- Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios definidos no RAREFA
- A aplicação do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A aplicação do Regime Jurídico de Segurança contra Incêndio em Edifícios nas obras em edifícios existentes
- A segurança estrutural nos edifícios existentes: a aplicação dos Eurocódigos Estruturais e a avaliação da vulnerabilidade sísmica
- A aplicação dos requisitos de Comportamento Térmico e Eficiência Energética nos edifícios existentes
- A acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios existentes
- Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis à reabilitação. Comparação com o RGEU e análise das áreas mínimas



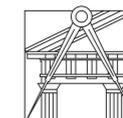
Módulo III - Avaliação do estado de conservação e metodologias de intervenção no existente

- Níveis de intervenção e questões tecnológicas e construtivas
- Análise, avaliação e diagnóstico em edifícios
- Principais anomalias construtivas
- Principais soluções de resolução
- Reabilitação de estruturas de edifícios
- Sistemas de segurança contra incêndio em reabilitação
- Reabilitação acústica em edifícios
- Reabilitação térmica e eficiência energética



Módulo IV - Políticas, Instrumentos e Incentivos

- Evolução das políticas de reabilitação na Europa e em Portugal
- Reabilitação: desafios e abordagens emergentes
- Instrumentos e incentivos de promoção da reabilitação



Inscrições

Taxa de candidatura: 25,00€

Valor do curso: 500,00€ (inclui despesas administrativas, seguro escolar e certificação)

Nº mínimo de alunos por curso: 15



a. . .
. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa

Mais informação e inscrições:

www.fa.ulisboa.pt > Cursos > Pós-Graduações

